

Destaques da Imprensa

CANTO DE SEREIA

Uma das reivindicações mais comuns dos apavorados com o clima de insegurança que se estabeleceu no País é botar a tropa do Exército na rua. Os militares, corretamente, têm resistido a esse canto de sereia. Militar é treinado para matar, não para prender. É preparado para o combate, não para a investigação. A Constituição atribui um papel aos militares e dele não consta a ação policial.

Além disso, os conscritos, jovens entre 18 e 19 anos em sua maioria, têm pouca ou nenhuma instrução militar e em muitos casos moram em regiões onde impera o tráfico. É quase criminoso expor os recrutas ao perigo: enfrentar ou não enfrentar o soldado do tráfico, geralmente bem armado e treinado? É cruel forçá-los a um dilema: atira ou não atira na favela onde mora?

Agora, o Exército anuncia a baixa compulsória de 700 cabos e sargentos, a maioria pára-quedista. Eles têm sete anos de experiência e são peritos em armamento, ações de guerrilha ou contra-insurreição, manejo de explosivos, arremesso de granadas, preparo de armadilhas e defesa pessoal. Verdadeiros rambos, preparados para lutar em qualquer terreno.

Estão sendo dispensados porque o Exército não tem o que fazer com eles. Mas os traficantes têm. Imagine-se treinar pive-tes que andam com suas AR-15, granadas e

até lançadores de mísseis, segundo diálogo revelador do traficante *Dedé*, que teria sido seqüestrado e morto por policiais no Morro do Querosene, no Rio Comprido.

Os traficantes chegam a oferecer R\$ 8 mil a um cabo ou sargento para treinar suas tropas. Isso é várias vezes o magro soldo que vai sobrar para os militares afastados. A tentação é grande e existe uma ainda maior, a de assessorar as Farc colombianas. Nesse caso, eles vão ganhar em dólares.

O que pode fazer um cabo pára-quedista na sociedade civil? Uma das opções seria entrar para a PM. Outra é a da segurança particular. Por que o governo joga fora essa mão-de-obra especializada? Se, por um lado, não faz sentido usar as Forças Armadas no combate ao crime, por outro parece menos razoável que essas mesmas forças passem a fornecer matéria-prima e inteligência para organizar ainda mais o mesmo crime.

Não seria o caso de dar noções de investigação policial a esses profissionais e incorporá-los à Polícia Militar ou à P.F. como instrutores? As mulheres desses soldados foram a Brasília cobrar uma solução. Valeria a pena pôr de lado a prepotência que caracteriza as autoridades nesses casos e buscar - com seriedade - uma saída para o problema. A palavra está com o Ministro da Defesa, Geraldo Quintão.

Reprodução de editorial do *Jornal do Brasil*, edição de 10.02.02.

MONUMENTO AOS MORTOS NA SEGUNDA GUERRA É REINAUGURADO NO RIO

Depois de um ano em obras e de um investimento superior a R\$ 2,5 milhões, a Fundação Cultural Exército Brasileiro (Funcceb) reinaugurou, na quarta-feira à noite, no Rio de Janeiro, o Monumento aos Mortos na Segunda Guerra Mundial, no Aterro do Flamengo. A cerimônia contou com a presença do Vice-Presidente da República, Marco Maciel, dos ministros Geraldo Quintão, da Defesa, e Carlos Melles, do Esporte e Turismo, e dos comandantes da Marinha, Almirante Sérgio Chagasteles, do Exército, General Gleuber Vieira, e da Aeronáutica, Brigadeiro Carlos Batista, além de outras autoridades civis, militares e eclesiásticas, um expressivo contingente de ex-combatentes e mais de quatrocentos convidados.

O Monumento, de autoria dos arquitetos Hélio Ribas Marinho e Marcos Konder Netto, foi inaugurado em 24 de junho de 1960 e conta, entre outros equipamentos, com museu e auditório. Completamente restaurado e com uma nova iluminação, o Monumento passou a integrar, novamente, a bela paisagem do Rio de Janeiro, da qual é um dos seus cartões-postais.

No mausoléu estão os restos mortais de 468 marinheiros, soldados e aviadores, dos quase 2.000 voluntários que pereceram no teatro de operações da Itália. Faziam parte da gloriosa Força Expedicionária Brasileira, de 25 mil homens, que, sob o comando do Marechal Mascarenhas de Moraes, integraram as tropas aliadas na Segunda Guerra Mundial.

Na oportunidade, usaram da palavra o General Synésio Scofano Fernandes, chefe

da Diretoria de Assuntos Culturais do Exército, e o Presidente da Funcceb, conselheiro Flávio Corrêa, que fez a seguinte saudação:

Esta é a primeira grande tarefa que a Fundação Cultural Exército Brasileiro completa.

Nascida há menos de dois anos pela união de civis e militares para dedicar-se à urgente tarefa de catalogar, recuperar, otimizar e disponibilizar para a sociedade o imenso patrimônio artístico e cultural sob a guarda do Exército, a Funcceb reconheceu, de imediato, a importância de restaurar esse grandioso Monumento aos Mortos na Segunda Guerra Mundial.

Verdadeiro ícone local nacional e internacional, esta obra, de autoria dos arquitetos Hélio Ribas Marinho e Marcos Konder Netto, concluída em 24 de junho de 1960, volta, a partir de hoje, ao convívio da sociedade, graças à colaboração do Ministério da Cultura, do Banco Itaú, da Petrobras, da Petrobras Distribuidora, da Prefeitura do Rio de Janeiro, da Philips, da Usiminas, da Companhia Siderúrgica Nacional, da Companhia Estadual de Gás, da Rio Luz, da Federação da Indústrias do Rio de Janeiro, da Fundação Ricardo Franco, da Tensor Engenharia e de um batalhão de trabalhadores que, com o seu talento e o suor do seu rosto, fizeram em tempo recorde essa obra, que não vai parar por aqui. Visando sua auto-sustentabilidade, o Monumento será dotado, entre outros equipamentos em estudo, de um sistema multimídia, que vai permitir que o Mausoléu se transforme em Memorial, facilitando e permitindo o estudo e a pesquisa, e de um parque temático, moderno e confortável para que a coletividade possa dele desfrutar, cada vez mais e melhor.

Neste belo monumento estão depositados os restos mortais de 468 irmãos nossos – soldados, marinheiros e aviadores – que deixaram suas vidas na grande batalha da humanidade contra o totalitarismo.

São gente do povo, voluntários de todos os cantos do País, que atenderam ao chamado da nação para integrar a gloriosa Força Expedicionária Brasileira, aqui representada ao vivo por esse magnífico contingente de ex-combatentes, aos quais empenhamos a nossa mais profunda gratidão, e cuja saga está também contada nessa magnífica obra literária que nesse momento estamos lançando em oito volumes, que integram o ambicioso e indispensável Projeto História Oral do Exército Brasileiro.

Projeto ambicioso porque pretende recuperar mais de quatro séculos de atuação da nossa Força Terrestre, à cuja presença e atuação devemos, em boa parte, a integridade dessa formidável nação em que vivemos.

Projeto indispensável, porque a História do Brasil se confunde, intimamente, com a História do Exército.

Dos 25 mil homens da FEB, que cruzaram mares por eles nunca dantes navegados, quase dois mil jamais voltaram para sua abençoada terra onde canta o sabiá.

Mas as aves que aqui gorjeiam continuam a entoar, como sempre o fizeram e sempre o farão, o seu lindo hino de amor, prestando sua homenagem perene a estes heróis anônimos que ajudaram, com seu sangue, a forjar a nação forte e pujante que nos serve de berço, e da qual tanto nos orgulhamos.

Reverenciar nossos mártires da liberdade é dever de todos nós: são exemplos

de civismo e de amor à pátria que nos cumpre imitar.

Não se pode construir uma nação forte com um povo fraco.

Esses combatentes cuja morada eterna nesse instante lhes devolvemos – a eles e a todos os brasileiros – são personagens marcantes da nossa história, uma história de quinhentos anos de luta em favor da paz, da harmonia, da prosperidade e da justiça social.

“Eu os levei para o sacrifício; cabe-me trazê-los de volta”.

Pois saiba, ilustre Marechal Mascarenhas de Moraes, que o sacrifício não foi em vão. E que eles estão todos de volta, vivos ou mortos, alguns neste monumento, muitos sepultados na Itália, outros aqui presentes, mas todos, todos eles sem nenhuma exceção, entronizados no nosso coração e na verdadeira História do Brasil.

Reprodução de reportagem do *Diário do Comércio*, edição de 04.12.01.

TOYNBEE MORREU ANTES DE BIN LADEN

O choque mundial dos atentados de 11 de setembro gerou uma avalanche de fotos, filmes e publicações. Personalidades articulistas, políticos, historiadores e intelectuais envolveram-se e milhares de artigos quase esgotaram as linhas de raciocínio a respeito do tema. A guerra que se seguiu e se estendeu voltou a levantar nova série de publicações. No meio desse monte de palavras, faltou-me ver destacado o nome de Arnold Toynbee mostrando suas interpretações e a visão de um velho

scholar, que morreu há 26 anos mas precisa e deve ser relido nos dias de hoje. Esse gigante foi um dos mais prolíficos escritores do século que acaba de findar e um trabalhador intelectual incansável.

Na sua extensa produção editorial, deixou-nos o insuperável *A Study of History*, em dez volumes, que escreveu de forma intercalada ao longo de quatro décadas e que representa a mais extensa e pertinente análise da história das civilizações. Pasmado ao ver que Toynbee não foi lembrado adequadamente como gerador de um corpo de doutrina e estudo capaz de trazer alguma luz no campo da interpretação dos importantes fatos que se desenvolveram às nossas vistas, nos dias que correm – e correrão.

Nas décadas de 1960 e de 1970, Toynbee foi muito lido e discutido. Também foi muito contestado, inclusive pelas esquerdas, que não gostavam do sentido que ele dava à palavra proletariado e não admitiam sua visão de que a URSS poderia perder a disputa política e militar. Além do mais, aquela era uma importante e embasada dissertação que poderia contradizer algumas perspectivas de Marx. As direitas também não gostavam de seus escritos porque não respeitavam as leis do mercado. Vão engano de todos eles. Toynbee era apenas um historiador costurando uma das mais excepcionais interpretações das civilizações – e não apenas de história pontual de eras ou nações. Montou ele uma visão conjunta de todas as civilizações, conseguindo estabelecer algumas leis e princípios que pontilhavam todas elas. Pôde, assim, nos ensinar como nascem as civilizações, não através de facilidades, mas como resposta de uma minoria criativa a um desafio que pode ser uma dificuldade do meio externo ou à vizinhan-

ça provocativa. Se a minoria criadora consegue respostas ao desafio (que também não pode ser aplastante) e se encontra repercussão nos seus outros iguais que respondem por mimetismo, constrói-se um núcleo inicial que tende ao desenvolvimento.

Num certo momento da exposição de sua teoria, Toynbee passa a relatar o desaparecimento de civilizações que já se foram e que, no entanto, tiveram o *status* de desenvolvidas, exercendo importantes influências no mundo e conduzindo seus povos ao bem-estar material, moral e espiritual. Todas essas foram grandes (embora, às vezes, só as conheçamos fracionadamente) e luziram no seu tempo, dando muitas vezes aos seus participantes a sensação de eternidade. Poderiam os constituintes da civilização egípcia, no auge de seu esplendor, imaginar que alguns poucos milhares de anos após teriam suas obras enterradas na areia e objeto de *descobertas*? Assim é. Babilônios, também: seus esplendores são, hoje, motivo de estudos, contemplação e exposição em museus, além de peregrinações turísticas e escavações.

Esta é a lei das civilizações: nascimento, resposta, crescimento, apogeu, estabilização, não respostas, declínio e fim. Sempre resta a possibilidade, encontrada aqui e acolá, de renascimento.

Toynbee prova que esse é o natural desdobramento, a longuíssimo prazo, de todas as civilizações. Acompanhemos em largas pinceladas o que mostra, nesse particular.

Ensina-nos Toynbee que, atingido o estado em que não há mais respostas criativas por parte das minorias dominantes, tem início um processo de estagnação e declínio. Depois de um *tempo de angústias*, em que se debatem muitos interesses de domi-

nação, surge uma situação de hegemonia de uma única minoria, porém dissociada da *alma* dos habitantes internos e externos à sua zona de influência. Parece que estamos vendo, no *tempo das angústias* de nossa civilização, todos os eventos de 1917, 1933, 1939-45 e, daí em diante, a Guerra Fria (bipolar) com seu fim há cerca de uma década, seguindo-se a exegese do poder monopolar com uma minoria industrial-militar dominante. Segundo as linhas do nosso *ensinador*, nesse momento estabeleceu-se uma condição de divórcio entre o Estado dominante e as populações, de tal forma que três fenômenos ocorrem:

A) A minoria dominante estabelece um estado de paz, sob seu controle e domínio. A isto ele chama de Estado Universal e relembra a *Pax Romana* e todas as outras semelhantes em cada civilização desaparecida. Globalização é a palavra atual.

B) O *proletariado* externo, formado pelos descontentes externos, provoca ondas bárbaras com alto potencial agressor que vão se apresentando em consequência da acumulação de pressões. A cristalização de uma fronteira militar (que ele chama de *limes*) entre o Estado Universal e os bárbaros é comparada a um dique prestes a romper com estrondo e destruição. Chega Toynbee a contabilizar um total de quatro ataques feroces para se chegar ao fim da civilização; aos três primeiros, a resposta militar é ainda controladora. Na análise que o autor inglês faz sobre a liberação de forças agressivas longamente contidas, chega a citar Arábia e Afeganistão. E, aí, siderados, nos reportamos à biografia de Bin Laden. Não se trata de profecia, é apenas análise histórica.

C) O *proletariado* interno, altamente descontente, terminaria gerando uma nova

religião superior – uma Igreja Universal, que pode funcionar como câncer ou crisálida. Esta ainda está faltando e não identificamos um horizonte que a mostre.

Um outro fato importante nas relações dos três fenômenos descritos atrás é que o Estado Universal cria facilidades de comunicações internas e armas de guerra que podem ser aproveitadas pelos *proletariados* interno e externo. Essas instituições imperiais podem bem ser identificadas na moderna rede eletrônica de comunicação, utilizável por todos, também pelos componentes da al-Qaeda, e nos aviões com tanques cheios de combustível, explosivo que são potentes armas destrutivas.

São muitos os detalhes do *Estudo da História* que têm relevância na análise dos fatos atuais e que não estão aqui relatados.

Os estudos de Toynbee não podem estar ausentes da consciência crítica dos dias atuais. Parece claro o que ele apurou como *leis* das civilizações, que correspondem a formulações de *ordem subjacente vistas através da aparência superficial do caos*. Nesse sentido, Toynbee morreu cedo. Seus estudos, tão iluminadores e tão famosos algumas décadas atrás, simplesmente parecem ter morrido. E morreram tão precocemente que não sobreviveram a muito do que ele prognosticava. Os estudos de Toynbee não sobreviveram até o primeiro choque importante que nossas gerações presenciam, tão espetacular que parece Guerra nas Estrelas. Assim, Toynbee morreu antes de que o previsível fim de Osama Bin Laden se concretize.

Reprodução de artigo do *Jornal do Brasil*, edição de 31.12.01, assinada pelo professor José Manuel Jansen.

A GUERRA SEM FIM E O PETRÓLEO

O país que possuir o controle máximo da informação e da energia dominará o mundo. Obviamente essa afirmação constitui um truísmo, um lugar comum. Mas nem por isso deixa de representar uma verdade, até mesmo porque o lugar comum só o é por constituir uma verdade comprovada e indiscutível. Desde a Revolução Industrial sabe-se que nenhum país poderá ser realmente forte se não dispuser de uma poderosa fonte de energia que impulse o seu progresso. Hoje, com o surgimento da era eletrônica, impôs-se o binômio energia-informação como indispensável para a execução de uma política de poder. Quem controlar esse binômio controlará o mundo.

Essas reflexões ocorrem no momento atual, por estranho possa parecer, em face dos acontecimentos que convulsionaram e transformaram o mundo, após o inominável atentado terrorista contra os Estados Unidos em 11 de setembro. Data que permanecerá como um marco na História contemporânea e que poderá constituir uma virada, um *turning point*, no jogo de poder. Precisamente quando este parecia definido, por muito tempo, a favor do domínio da potência que surgira vencedora dos conflitos e rivalidades que marcaram a chamada Guerra Fria. Com efeito, a implosão do império soviético parecia ter conferido aos Estados Unidos a unicidade de superpotência. E, em certo sentido, ainda parece, pois no tempo histórico as transformações e mudanças não têm necessariamente um ritmo rápido.

Em certo sentido, repito, uma vez que além de manter seu potencial atômico na integralidade, bem como toda uma tecnologia nuclear de ponta, a Rússia continua detentora da posição de segundo maior exportador de petróleo do mundo. E é disso precisamente que se trata neste momento, a meu ver, quando o esmagamento do Afeganistão vem colocar a Rússia, num golpe de mestre que explica seu aparente apoio aos Estados Unidos, como a vencedora desta guerra. Pois o poder no Afeganistão passa agora a ser exercido pelas forças políticas que os Estados Unidos depuseram na década de 1980, quando, para derrotarem a Rússia, que era apoiada pela Aliança do Norte, ajudaram os talibãs e praticamente os instalaram no poder. Os mesmos talibãs que - ironia da História - propiciaram o terrorismo de Bin Laden e que agora os norte-americanos esmagam para puni-los pelo asilo que concedem àquele chefe terrorista.

Justificável, sem dúvida, era e é essa fúria da potência máxima, diante da inaudita e bem-sucedida agressão terrorista, que o mundo, estupefato, unanimemente, condenou. O mundo, neste incluída a Rússia, o mais novo e inesperado aliado dos Estados Unidos, logo acolhido com esta irrefletida frase do Presidente Bush: *Os russos são, agora, nossos amigos.*

Como acreditar em tão ingênua conclusão, quando se acham envolvidas toda uma geopolítica e essa fonte preciosa e insubstituível de energia que é o petróleo? Pois é disso que se trata, como veremos.

O que o governo de Putin fez foi jogar uma cartada de mestre, sob o pretexto de ajudar os Estados Unidos, num teatro de guerra que, diga-se de passagem, a

Rússia conhece melhor do que qualquer outro país: armou sua antiga aliada, a Aliança do Norte, com tanques, artilharia, helicópteros etc. para derrotar os talibãs que os Estados Unidos haviam apoiado na década de 1980 para derrubar a Aliança do Norte, e, conseqüentemente impor à Rússia a humilhante derrota que sofreu e que não pode ter ficado esquecida.

E por que o petróleo? É que, enquanto os Estados Unidos se empenhavam em aniquilar o Afeganistão, numa ofensiva verdadeiramente apocalíptica, destruindo o país, sua força militar e até mesmo sua população civil, a Rússia preparava sua antiga aliada, a Aliança do Norte, para instalar-se no poder, com isso frustrando a ilusão norte-americana de implantar em Cabul um regime inteiramente dominado pelos Estados Unidos.

A manobra russa foi espetacularmente bem-sucedida, pois que a Aliança do Norte, hoje no poder, deixou claro que não abrirá mão do controle do país, sejam quais forem as tentativas de estabelecer-se um governo *legal* no Afeganistão. Onde fica nisso a afirmação de Bush de que os russos agora são nossos amigos? Que amizade é essa que atua fria e deliberadamente em favor dos interesses russos na região, ignorando os objetivos do amigo? Na região, sim. Do que se trata é de controlar a riquíssima bacia de petróleo do Cáspio, que será de importância vital nos próximos anos. Pois a Ásia Central será o principal campo de competição pelo petróleo que, abundante hoje, será insuficiente mais tarde, pelo próprio desgaste e pelo crescimento econômico de países como a China, a Índia (e por que não o Brasil?), com o conseqüente aumento da demanda dessa fon-

te capital de energia. O que fatalmente ocorrerá em futuro não muito longínquo.

E o que tem a ver o domínio do Afeganistão com o controle do petróleo do Cáspio? Tudo. Pois a produção dessa região da Ásia Central vê-se encerrada por sua mediterraneidade, só podendo ser exportada através de extensos oleodutos.

A Rússia pretende que esses recursos petrolíferos sejam transportados por dentro do seu território. O Irã quer que os oleodutos levem o produto da região aos seus portos, efetivamente o caminho mais curto. Mas o poderoso *lobby* de Israel bloqueia os esforços de Washington para uma aproximação com o Irã. Este, por seu lado, procura, desde 1989, impedir que o Paquistão construa o oleoduto Termez-Karachi. Quando o Paquistão abandonou seu aliado, o regime talibã, após a tragédia de 11 de setembro, Islamabad e Washington esperavam implantar o governo pró-Estados Unidos em Cabul, o que provavelmente abriria caminho para o projetado oleoduto.

O que vemos hoje é a Rússia reconquistar sua influência no Afeganistão, refazendo-se da derrota em que os Estados Unidos tiveram importante participação, ao apoiarem as forças, hoje condenadas, dos talibãs. Com essa reconquista pretende a Rússia abrir caminho para as riquíssimas jazidas da Ásia Central e impedir a projetada construção do oleoduto Uzbequistão-Cabul; e daí, através do Paquistão, até os portos do Golfo Pérsico.

Assim, enquanto os Estados Unidos lançam-se numa guerra sem fim contra o terrorismo, arremetendo como um touro enfurecido contra tudo aquilo que lhe parecer obstáculo, a Rússia procura afirmar sua influência na Ásia Central, visando a

um futuro, não muito remoto, em que o domínio dessa fonte capital de energia, que é o petróleo, significará a vitória de uma política de poder.

Os estrategistas do Departamento de Estado estarão enxergando claramente esse magistral golpe de mão daqueles que Bush chama de *nossos amigos*? O futuro nos dirá. Mas o tempo é curto e a História não espera.

O que mais preocupa é que, após a genial concepção do Plano Marshall, pelo qual os Estados Unidos reconstruíram a Europa, por eles em grande parte destruída, não se viu mais nenhuma iniciativa verdadeiramente criativa na política externa norte-americana (com exceção de algumas talentosas acrobacias diplomáticas de Henry Kissinger). A força é sem dúvida importante, e pode ser mesmo capital. Porém não é mais decisiva. No mundo global e informatizado de hoje, a criatividade de uma política externa bem planejada e competentemente conduzida tornou-se indispensável. Não é o que vemos hoje no governo norte-americano.

O poder também passa. Quem viver, verá.

Reprodução de artigo do *Jornal do Brasil*, edição de 16.12.01, assinada pelo diplomata Mário Gibson Barbosa, ex-ministro das Relações Exteriores.

DEFESA E ATAQUE

O Barão do Rio Branco já dizia que a *rapidez da mobilização e do ataque é a condição da vitória*, fazendo o raios X da necessidade de o Brasil contar com um sistema de mobilização nacional capaz de garantir sua segurança diante do

perigo externo e interno. Mas essa condição ainda hoje não é cumprida a contento, já que o Brasil a rigor não pode declarar guerra a ninguém, nem combater com todas as possibilidades, porque não tem como mobilizar todas as suas forças por falta de instrumentos legais.

Para corrigir essa distorção, o governo enviará ao Congresso projeto de lei criando o Sistema Nacional de Mobilização (Sinamob), voltado para eventual guerra ou grave conflito interno. A destruição das torres gêmeas de Nova Iorque e o ataque ao Pentágono do dia 11 de setembro chamaram a atenção do mundo para a necessidade da vigilância num mundo cada vez mais fragilizado pela emergência de grupos terroristas dispostos a penetrar nos pontos fracos das defesas nacionais.

No recente 2º Simpósio de Mobilização Nacional, em Brasília, o Ministro da Defesa Geraldo Quintão avisou que é necessário o Brasil estar preparado para situações de emergência, considerando que a paz às vezes leva à letargia e à falta de vigilância. Citou como exemplo o acontecido nos EUA: faltou vigilância, faltou controle, havia liberdade total. Os EUA reagiram, com algum atraso, encaminhando-se para a guerra contra o Afeganistão com apoio diplomático de boa parte das nações do mundo, principalmente daquelas que se sentem ameaçadas pelo terrorismo suicida inspirado no modelo Bin Laden.

O Presidente Fernando Henrique recomendou rapidez a todos os setores envolvidos na elaboração do Sinamob, definido pelo Ministro da Defesa como criação de estrutura para enfrentar evento que sacuda o País e exija interação de todos os setores. O Secretário de Logística e Mobili-

zação do Ministério da Defesa, General Joélcio de Campos Silveira, explicou que a futura lei permitirá às Forças Armadas requisitar aeronaves civis para transporte de tropas. Se já existisse a lei de mobilização que permitisse requisitar transporte aéreo civil quando as Forças Armadas foram chamadas a atuar na Bahia, durante a greve dos policiais militares e civis, no último semestre, o Exército teria chegado a Salvador em 24 horas e não em quatro dias, como ocorreu.

Do sistema, participarão as agências reguladoras (telecomunicações, energia elétrica, petróleo e águas), órgãos federais, estaduais e municipais, da administração direta e indireta, polícias, hospitais, transportes marítimos, aéreos e terrestres, comércio, indústria, enfim, todos os organismos e todas as atividades que possam contribuir para o sucesso de uma mobilização de urgência. Segundo o Ministro da Defesa, o fato de não existir no Brasil ameaça terrorista não o exime de possuir plano de mobilização. As torres gêmeas demonstraram que não há país invulnerável. A propósito, ele próprio pondera que o projeto voltou a ser ativado não por causa dos ataques terroristas, mas por ser necessidade de todos os países. O momento, no entanto, favoreceu a mobilização.

A ação terrorista nos EUA foi de tal monta, pondo em risco a segurança nacional americana, que seus efeitos logo se irradiaram pelo mundo, incluindo inevitavelmente o Brasil, onde de imediato foi redobrada a vigilância nos aeroportos e em especial na fronteira tríplice com Argentina, Paraguai e Uruguai. As outras fronteiras, incluindo aí a longa extensão amazônica, têm de ser preservadas porque isto signifi-

ca a soberania nacional. Há o precedente de 1998, quando um avião militar colombiano invadiu a fronteira brasileira e, sob a alegação de razões humanitárias (transporte de feridos), utilizou a pista de pouso de Yauretê para combater guerrilheiros na região de Mitu. Brasil e Colômbia estiveram prestes a protagonizar incidente diplomático grave.

A Amazônia, na era do Sivam e da Calha Norte, ainda é uma enorme fronteira desguarnecida, que torna o Brasil vulnerável não necessariamente a invasões clássicas, mas sobretudo às ações de origem externa, envolvendo narcotráfico, garimpo e incêndios provocados e outras agressões ecológicas.

No ataque às torres gêmeas e ao Pentágono, a estratégia terrorista se valeu de muita inteligência e pouco custo. A maior potência mundial se preparava para se defender dos inimigos com a alta tecnologia do escudo espacial antimíssil mas se deixou apanhar de surpresa onde menos esperava. Se o país mais seguro do mundo pode sofrer este tipo de ataque terrorista, toda a política de defesa dos países ocidentais tem de ser repensada. Ficou evidenciada a ineficácia da defesa frente a inimigos ocultos (mas nem tanto), como os terroristas, que não agem com a razão.

No caso do Brasil, cujo efetivo militar é atualmente de 310 mil homens, deve-se atentar para duas estratégias básicas: dissuasão e presença. O Exército reconhece que apenas metade de seus duzentos mil homens se mantêm em condições de ação rápida e de pronto emprego. A outra metade se justificaria pela estratégia da presença. Acontece que as ameaças potenciais estão concentradas no Norte, devi-

do à instabilidade dos vizinhos como a Colômbia e à vulnerabilidade da Amazônia. Menos de 20% do efetivo estão na Amazônia, que representa metade do território nacional.

Num folheto distribuído pelo Ministério da Defesa, destaca-se que com a eclosão da Segunda Guerra Mundial e suas repercussões em todos os continentes se evidenciou que a guerra é assunto vital para as nações, não podendo ficar restrita aos chefes militares. *Assim, os civis, principalmente as elites políticas e econômicas, sentiram a necessidade de participar da formulação e condução da estratégia nacional.* É o que justifica a criação do Sistema Nacional de Mobilização.

Reprodução de editorial do *Jornal do Brasil*, edição de 14.10.01.

FALTA ENERGIA

Algaravia dos que se opõem ao uso da energia nuclear restringe-se aos acidentes em Chernobyl e Three Miles Island (TMI) e ao problema do lixo radioativo. O caso da usina russa é conhecido e suas graves conseqüências serão sentidas por várias gerações; mas não utilizar energia nuclear devido a esse desastre, que aqui desca-be analisar, equivale a não usar avião, automóvel ou trem por causa dos acidentes.

Em TMI houve apenas o seguinte: em 28 de março de 1979, um alarme eletrônico acusou problema cuja natureza foi mal interpretada e, por isso, uma bomba de refrigeração foi fechada manual e erradamente; uma bomba de reserva falhou ao entrar em ação automaticamente. Tam-

bém automaticamente, o reator e a turbina foram desligados; a temperatura no reator subiu, sucederam-se outros problemas decorrentes do erro inicial e houve vazamento de água de refrigeração, que é contaminada, radioativa.

Três horas depois, todo o sistema estava sob controle e nada ocorreu, mas o famoso jornalista da CBS Walter Conkrite anunciou que fora dado o *primeiro passo de um pesadelo nuclear* e que *uma equipe de segurança nuclear dissera que a radiação na usina atingira nível oito vezes superior ao mortal e era tão forte que passara através da proteção, com três pés de concreto de espessura, e chegara a uma milha da usina.* Dois dias depois, ele anunciou que *enfrentamos uma possibilidade remota, mas muito real, do derretimento nuclear em TMI... risco enfrentado pelo homem quando mexe com as forças da natureza, tema familiar desde os mitos de Prometeu...* . A notícia propalou-se, a cidade de Harrisburg foi evacuada e nasceu o mito da *ameaça nuclear*.

As comissões que investigaram o acidente e suas conseqüências comprovaram que as pessoas localizadas a cinquenta milhas do reator de TMI receberam acréscimo de radiação equivalente a 1% da radiação natural recebida anualmente, e as que estavam a menos de cinco milhas receberam mais 10% da quota anual; o Relatório Kemeny, oficial e definitivo, indicou a inexistência de riscos, exceto quanto à *saúde mental dos que viviam na região de TMI e trabalhavam na usina.* Curiosamente, mas sem correlação de causa e efeito, o National Research Council, comprovou a diminuição da incidência de câncer naquela área após o vazamento.

No 20º aniversário desse desastre, em março de 1999, o American Council on Science and Health divulgou relatório sobre o ocorrido; a Unidade 2 da TMI, onde houve o vazamento, opera monitorada, e a Unidade 1 funciona continuamente desde 1985. A TMI é hoje considerada 100% segura. Em junho de 1996, a juíza da Corte Federal da Pennsylvania não acolheu as 2.100 ações impetradas sob alegação de danos à saúde decorrentes do vazamento.

O problema do lixo radioativo constitui problema na medida em que há várias soluções para ele; suponho que a mais adequada seja usar reatores regenerativos (*breeder*), que reciclam o combustível nuclear, geram energia elétrica e produzem mais combustível nuclear. Há vários reatores dessa natureza em operação, no Japão e na Índia, por exemplo; nos Estados Unidos, um reator em Argonne recicla quase 100% do material nuclear. Ocorre que esses reatores produzem Plutônio 239, usado em bombas nucleares, advindo daí as restrições à disseminação do seu uso. Com a escalada do terrorismo, o governo dos EUA, há uma semana, mandou acelerar o término da construção do depósito nuclear em Yucca, Estado de Nevada, em uso há tempo, para ali concentrar todo o lixo existente e, é claro, reprocessá-lo.

Em países desenvolvidos, onde estadistas se preocupam com o futuro da nação e não apenas com eleições, estão em análise outras opções para prover energia em larga escala, além da fonte inesgotável e limpa da fusão nuclear por exemplo, em 3 de maio de 2000, o Presidente Clinton sancionou lei do Congresso abrindo vultoso crédito para desenvolver métodos para extrair hidrato de metano do fundo

do mar, substância existente em grande quantidade em suas costas, mais de 10 quatrilhões de metros cúbicos; se apenas 1% for explorado, as reservas americanas dobrarão. O Japão e a Alemanha também cuidam dessa possibilidade.

Nosso problema essencial é que, hoje, o Brasil importa energia da Argentina, Bolívia, do Paraguai e Uruguai (que exemplo de planejamento!) e não possui outra opção, além da nuclear, que é limpa e duradoura; as hidrelétricas têm potencial limitado e supor que energia dos ventos e do Sol, gás da Bolívia, usinas a diesel e bagaço de cana resolvem alguma coisa é não compreender a extrema gravidade da questão.

Mais grave ainda é que, após o festival de sandices de que resultou a desativação do programa nuclear brasileiro, não cogitaram de mais nada nesta Terra dos Papagaios, cujos morubixabas limitam-se a realizar sessões de pajelança para obrigarem São Pedro a mandar chover. E às vezes, distraído, o santo manda chover em lugares errados.

Reprodução de artigo do *Jornal do Brasil*, edição de 24.01.02, assinada por José Carlos Azevedo, ex-reitor da UNB.

DUAS DÉCADAS DE BRASIL

Quando os brasileiros descobrem que eu, americano, vivo em seu país há quase duas décadas, a maior parte do tempo casado com uma piauiense, costumam dizer: *Ah, então você já é brasileiro*. Sinto desapontá-los. Na verdade, sou um americano-brasileiro, uma espécie de híbrido das duas culturas. Na verdade por estar há tan-

to tempo fora dos Estados Unidos e por não chegar a ser um *insider* no Brasil, não sou exatamente um *expert* em nenhuma das duas culturas. Mas é precisamente por isso que me sinto em condições de avaliar ambas, de um ponto de vista *forasteiro*.

Essa não era minha intenção em 1983, quando eu me mudei de Berkeley, Califórnia, para um lugar onde nunca tinha estado - o Rio de Janeiro. Esse exílio voluntário não era tampouco uma tentativa de me *reinventar*. Meu principal objetivo era me afastar de tudo o que era americano. Aos 33 anos, eu não conseguia me adaptar à cultura individualista que começara a despontar na década de 1970, baseada na obsessão pelo sucesso e pelo lema *tempo é dinheiro*. No começo da década de 1980, o sentimento de complacência e superioridade dos americanos em relação ao resto do mundo chegava a seu ápice, enquanto Ronald Reagan ameaçava ampliar a prepotência da política externa do país a extremos inéditos.

E por que o Brasil? As músicas de Tom Jobim, as cenas de carnaval de *Orfeu Negro* e a Bahia de Jorge Amado foram o canto de sereia que me atraiu, com promessas de um país com mais ginga, mais generosidade e alegria de viver do que jamais poderia esperar o puritano que vive em mim.

O estranhamento inicial não durou muito. Pouco depois de desembarcar, eu já tinha assimilado o ritmo do País: chegava atrasado aos compromissos, dirigia como um louco e torcia desesperadamente contra a Argentina em qualquer jogo de futebol, fosse qual fosse o adversário.

Ansioso, passei a buscar uma turma para me livrar da minha solidão e apagar os resquícios de individualismo trazidos

do meu país. Passei a freqüentar a praia, e não um recanto sossegado do Leme, onde eu ficasse sozinho lendo meu livro. Em vez disso me transformei no gringo gregário, que tentava se enfiar em qualquer grupinho do Posto Nove.

Mas, no fundo, eu ainda tinha dificuldade em assimilar o individualismo à brasileira: estacionar em fila tripla diante de restaurantes e boates badaladas, usar a calçada como depósito de lixo e cocô de cachorro ou fazer de minha casa uma fábrica de barulho, ignorando as reclamações dos vizinhos. Também não consegui me transformar no *homem cordial* - que se esquivava de compromissos chatos com um *vamos ver, se der*, ou *pode ser* - ou me transformar naquela espécie híbrida, meio malandro, meio diplomata, que poderíamos chamar de *morde-e-assopra brasiliensis*. Aquela espécie que se comunica com frases como *fico devendo* ou *fica para a próxima* para se livrar de uma dívida ou de um compromisso.

Até hoje, meu traço mais americano é a capacidade de encarar pessoas e situações diretamente e, quando necessário, dizer *não*. Quando faço isso, os brasileiros dizem que sou *objetivo* - eufemismo do *homem cordial* para *mal-educado*.

Existe dentro de mim uma parte puritana da qual não quero me livrar, como a *ética protestante* do trabalho. Isso ficou claro quando, pouco depois de me casar com Rosa, tentei convencê-la a fazer com que seus dois filhos adolescentes me ajudassem a lavar os pratos - sugestão imediatamente vetada pela família. O que era de se esperar numa cultura em que os filhos de classe média são tão mimados pelos pais e pela empregada da casa que só molham as mãos quando estão surfando.

Mas em outros aspectos tornei-me muito menos americano e muito mais brasileiro. Um exemplo são meus sentimentos anti-*yankee*, que aumentaram tremendamente desde que cheguei ao Brasil. É que é mais fácil sentir a prepotência americana - cultural, econômica, política - estando num país que é sufocado por ela. Por isso, quando ocorreram os ataques terroristas em Nova York e Washington, pude entender o que fez algumas pessoas dizerem *bem feito!*, embora não concorde com essa reação.

Como a maioria dos brasileiros que conheço, acho que a prepotência dos EUA não é justificativa para o assassinato em massa de civis americanos. Por isso, apesar de tudo, chorei ao ver as imagens de 11 de setembro. Afinal de contas, era a minha pátria em chamas. Foi então que descobri que ainda tenho uma forte ligação emocional com os Estados Unidos. Esse laço não vem somente de ter crescido lá, mas das coisas americanas que eu amo, desde o pragmatismo e a energia criativa de seu povo até a liberdade de expressão e outras liberdades individuais que existem lá, quem sabe até quando. Além disso, sei que os EUA são o lugar onde as portas estarão sempre abertas para mim. Há definição melhor para lar?

Apesar disso, o Brasil é o lugar onde eu me sinto em casa, pelas pessoas daqui que abriram seus braços para mim e me mostraram outras virtudes, igualmente admiráveis. Essa parte brasileira de mim absorveu algo da natureza generosa e tolerante deste povo. Basta alguém parar numa estrada com um pneu furado e imediatamente aparecem pessoas de todos os lados, loucas para ajudar em troca de nada.

Talvez seja porque os brasileiros, especialmente os das classes mais pobres, têm um dom: o senso de solidariedade, que os torna capazes de doar seu tempo, bem escasso na cultura do *tempo é dinheiro*.

Creio que estar casado com uma mulher que veio de uma família pobre de Parnaíba, e para quem doar-se é uma coisa tão natural como respirar, forçou-me a ser um pouco mais generoso. Se eu não tivesse conseguido, nosso casamento teria fracassado por falta de reciprocidade. Os filhos de Rosa também me aceitaram de braços abertos, o que é o sonho de qualquer padraço. Isso fez com que, para mim, ajudar a criá-los se tornasse parte do processo de amá-los cada vez mais.

Vivendo aqui, aprendi a me entregar: hoje, sou uma pessoa melhor. E estou feliz com esse ser híbrido que me tornei. Se decidisse me abrasileirar ainda mais, só conseguiria acrescentar detalhes cosméticos, como abrandar o sotaque ou assimilar gestos típicos como segurar a pontinha da orelha para elogiar um prato saboroso. Seria mais imitação do que assimilação. Para me tornar um completo brasileiro, eu teria de assumir comportamentos e atitudes que não são meus. As forças econômicas e culturais que criaram o *homem cordial* não são as que me moldaram. Qualquer tentativa de me tornar esse tipo de homem fracassaria, além de que significaria sacrificar muito daquilo que eu gosto em mim.

Ser brasileiro, assim como ser americano, é um estado de espírito. E, porque absorvi tanto dos dois países, trago em mim os dois estados de espírito, o tempo todo. Isso não me torna esquizofrênico, mas me força a caminhar sempre entre a

minha pátria e minha pátria adotiva. Nessa corda bamba, os ventos culturais dos dois lados me mantêm em equilíbrio.

Reprodução de artigo de *O Globo*, edição de 13.11.01, assinada pelo jornalista americano Michael Kepp, radicado no Brasil há 19 anos.

IDEAIS REPUBLICANOS

O Velho Testamento, interpretado literalmente, parece pagão. A lei, levada ao pé da letra, é injusta. A Constituição, inconstitucional. As interpretações fundamentalistas transformam virtudes em vícios. A modernidade, cantada atualmente em prosa e verso, começa com três conceitos – indivíduo, democracia e república. O espírito dos nossos tempos, que poderia ser chamado de neoliberalismo, distorce os três.

O indivíduo não é um ser livre com direitos reconhecidos pela lei e autônomo para seguir regras de bem viver. É apenas escravo da própria voracidade – comprar muito, ganhar muito, vencer. A democracia transformou-se em concorrência oligopolística. Congestiona ruas, televisões e jornais com cartazes e propaganda cuja função mais importante é anular a propaganda do concorrente. A república – a coisa pública – tornou-se incompreensível, exótica como um talibã. Como é possível, num mundo de consumidores e campeões do lucro, que existam coisas públicas, definidas pelos neoliberais como coisas que são de todos e não são de ninguém?

O mar é o mercado onde cada gota de água tem um dono. O espaço público, uma ilha, *falha de mercado*, sem dono.

Homens públicos, portanto, são suspeitos – o que estariam fazendo no meio das coisas que não têm dono?

A corrupção foi redefinida – é apenas a *apropriação de bens públicos para fins privados, por homens públicos*. Se empresas tomam conta de bens públicos – praias, praças, conhecimentos e patentes –, é culpa do governo que não sabe fiscalizar. Taxas de juros impagáveis, guerras sem justificativa, desemprego, nada disso é corrupção.

Uma viagem de trabalho sem comprovantes fiscais ou uma visita do presidente interino à cidade natal para comemorar cargo e função são crimes inafiançáveis, responsáveis pela bancarrota do setor público e passíveis de punição.

O setor público brasileiro adaptou-se aos novos tempos. Está amarrado e vigiado dia e noite como prisioneiro em solitária, luz acesa dia e noite. A Lei 8.666, a lei da responsabilidade fiscal, os tribunais de contas, todas as oposições, a imprensa e os parlamentos aguardam ansiosamente o deslize da autoridade que administra coisas que não são suas. O FMI reconheceu a qualidade, a transparência e o controle das contas públicas brasileiras, na mesma semana em que a Enron, que comprou várias empresas estatais brasileiras, foi à falência por fraude nas demonstrações contábeis. Mesmo assim, o mundo inteiro espreita – quando o homem público cederá à natureza e tentará se apropriar do que não é seu?

O Banco Mundial financia projetos destinados a vigiar a corrupção. Os países são elencados por índices de corrupção. Teria havido corrupção, definida dessa forma, na Alemanha nazista ou durante o stalinismo?

O ideal republicano era transformar reis - entronizados pela Igreja, pais de todos nós, onipotentes e, por isso mesmo, culpados de tudo - em homens comuns, com o encargo temporário de administrar coisas públicas. A democracia, transformada em concorrência, destruiu o sonho republicano. O homem público neoliberal é vendido, durante a campanha, como super-homem, capaz de resolver os mais difíceis e antigos problemas do País.

A vida privada dos homens públicos volta a ser tão importante quanto a vida da família real. Não temos o direito de vê-los acordar ou desvirginar a rainha depois das núpcias reais. Mas palácios e parlamentos transformaram-se em *casa dos artistas*, onde são julgados pelas festas a que comparecem, vida conjugal e forma de vestir. São reis eleitos que a imprensa transforma depois dos primeiros cem dias em bodes expiatórios. Não são decapitados como reis. Correm apenas o risco de serem convocados para todas as CPIs e serem presos em celas comuns.

O leitor não deve interpretar o artigo literalmente, sob o risco de transformá-lo no inverso. Deveria, entretanto, levá-lo em consideração ao ler jornais e quando for votar para presidente no ano que vem.

Reprodução de artigo do *Jornal do Brasil*, edição de 12.12.01, assinada pelo economista João Sayad.

EUA-CHINA: AUSPICIOSA PARCERIA

Quando existem interesses convergentes, costuma-se dizer que é *a fome com a vontade de comer*. Assim pode ser identificado o florescente relacionamento

comercial entre os dois gigantes; o primeiro, a principal potência econômica, e o outro, a mais populosa nação do planeta. Em nenhum momento da História da Humanidade se viram dois grandes países, do Ocidente e do Oriente, disputantes da liderança mundial, dependerem tanto um do outro. Curiosamente, para manter a incontestável e exclusiva posição atual, os Estados Unidos precisam do mercado chinês, com seus quase 1,3 bilhão de consumidores e imenso potencial de compra. Por seu turno, necessita a China dos EUA não só para colocar considerável parte da sua produção exportável como para os investimentos em todos os setores de atividade. O crescente entrelaçamento econômico-comercial sino-americano, cada vez mais difícil de desfazer, já passou a interferir nas decisões de política internacional de ambos os governos. Isso ficou comprovado no grave caso do avião-espião americano que pousou na Ilha de Hainan, quando, sob a ameaça de retração dos negócios e pressão das multinacionais, em nítido recuo, Washington e Pequim logo encontraram uma solução pacífica para o impasse. A escassez de notícias, na grande imprensa, sobre esse profícuo relacionamento comercial - que ajuda a manter o alto padrão de vida dos americanos e é básico para melhorar o dos chineses -, leva a maioria dos leitores a ignorar a importância desse entendimento para a paz mundial.

Decorridas mais de duas décadas da providencial abertura decretada por Deng Xiaoping, em 1979, tornaram-se os EUA o principal parceiro comercial e o maior investidor na China.

Nesse período, o intercâmbio bilateral registrou a taxa recorde de crescimen-

to anual de 18%, alcançando US\$ 74,4 bilhões em 2000.

Nesse ano, até setembro, mantendo o ritmo e ajudando a vencer o recesso econômico, as exportações americanas para o mercado chinês haviam aumentado 21%, superando US\$ 19 bilhões.

Paralelamente, espelhando a estreita vinculação entre as duas nações, nessa fase de rápida expansão da economia de mercado na China, mantêm ali negócios mais de quatrocentas das quinhentas maiores multinacionais dos EUA. São americanas cerca de 10% das 380 mil empresas estrangeiras existentes na China, com aplicações que totalizam US\$ 94 bilhões, significando a maior parte dos US\$ 731 bilhões dos investimentos externos registrados no país, até outubro passado. Agora, com o ingresso da China na Organização Mundial do Comércio, será ainda mais acelerada a entrada de investimentos americanos, particularmente nos setores que terão quebrados os monopólios estatais, como os de serviços bancários, seguros, telecomunicações e turismo. Esse alargamento da abertura, benéfico à economia chinesa, está assegurado pelo firme comando do Primeiro-Ministro Zhu Rongji, defensor da privatização e do bom relacionamento com os EUA.

Em destaque, dois setores desenvolvem-se rapidamente na China com intensa colaboração dos EUA, que em contrapartida têm auferido lucros expressivos. Nas telecomunicações, as fábricas locais da Motorola e outras americanas ajudaram a tornar a China o maior mercado para telefonia. Até junho, enquanto os telefones fixos chegavam a duzentos milhões, os celulares, crescendo 42% no semestre, eleva-

ram-se a 120,6 milhões, superando os EUA, com 120,1 milhões. Igualmente, no transporte aéreo as fábricas americanas são as mais beneficiadas com a ascensão da China à condição de principal mercado para aviação comercial. Até 2020, as companhias chinesas deverão adquirir 1.764 novos aviões de passageiros, no valor de US\$ 114 bilhões, credenciando-se a Boeing como principal fornecedora.

Em outubro, reafirmando a boa vontade com os EUA, o Governo chinês indicou duas personalidades americanas, o ex-secretário de Estado Henry Kissinger e o professor da Universidade de Massachusetts Edward Steinfeld, para o conselho da estatal Cia. de Petróleo Marítimo. Pode-se imaginar a reação do Brasil, caso os dois fossem indicados para o Conselho da Petrobras.

Com a manutenção, este ano, da elevada taxa de expansão das exportações (cerca de 10%), o comércio externo chinês, já incorporando o da Região Administrativa de Hong Kong, vai aproximar-se de US\$ 1 trilhão, superando o japonês e ficando bem perto do alemão, em segundo lugar. Confirmando o índice de crescimento econômico de 7,5%, o Produto Interno Bruto da China, em termos clássicos, vai ultrapassar US\$ 1 trilhão. Porém, pelo parâmetro de Paridade do Poder de Compra (PPC), da moeda, agora também usado pelo Banco Mundial/FMI (o preço do mesmo sanduíche McDonald's em Pequim é um quinto do cobrado em Nova York ou no Rio), o PIB chinês supera US\$ 5 trilhões, situando-se abaixo apenas do americano. Aliás, o próprio Departamento de Comércio dos EUA havia previsto que *a China, já a terceira economia mundial, poderia tornar-se a segunda e mesmo a*

primeira no início do século XXI. Mais conservadores e modestos, os membros da Academia Nacional de Ciências Sociais, em Pequim, admitiram que somente em 2030 a economia chinesa (com o PIB chegando a US\$ 155 trilhões) ultrapassará a americana (de US\$ 131 trilhões).

Sem dúvida, essa crescente interdependência econômico-comercial tornou-se sólida garantia para a paz mundial. Certa vez, com absoluta propriedade e pragmatismo, o ex-Presidente Clinton afirmou: *A China será potência com ou sem a ajuda dos*

EUA, portanto é melhor ser seu amigo e sócio agora do que inimigo depois. Por seu turno, o Presidente Jiang Zemin, entusiasta das relações sino-americanas, recentemente declarou: *Apesar da existência de algumas divergências, os dois lados compartilham interesses comuns em muitos assuntos importantes para a paz e o desenvolvimento mundial.*

Reprodução de artigo de *O Globo*, edição de 17.12.01, assinado pelo jornalista Carlos Tavares de Oliveira, assessor de comércio exterior do CNC.

História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial



A construção da história da Força Expedicionária Brasileira – FEB, pautada em emoções e vivências com o testemunho dos próprios protagonistas desta fase gloriosa da Nação brasileira, é o escopo deste maravilhoso trabalho.



Biblioteca do Exército